



**UNIDADE REGIONAL ALTO SÃO FRANCISCO**  
**Transcrição da 132ª reunião, realizada em 20 de abril de 2017**

1 Em 20 de abril de 2017, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional  
2 Colegiada Alto São Francisco (URC Alto São Francisco) do Conselho  
3 Estadual de Política Ambiental (COPAM), no Auditório SEST/SENAT, Rua  
4 Martin Cypriem, 1.100, Bairro Bela Vista – Divinópolis - Minas Gerais.  
5 Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: José Oswaldo  
6 Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas;  
7 Giovanardi Marco Alves, Secretaria de Estado de Cidades e de Integração  
8 Regional – SECIR; Elaine Aparecida Corrêa de Lacerda Gontijo, Secretaria  
9 de Estado de Educação SEE; Lucas José Oliveira, Secretaria de Estado de  
10 Planejamento e Gestão – SEPLAG; 1º TEN. PM Luciano Marcelo de Oliveira,  
11 Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Francisco de Faria Campos Júnior,  
12 Prefeitura Municipal situada na área de abrangência da URC; Rafaela Lúcia  
13 Martins de Oliveira, Comitê da Bacia Hidrográfica – CBH; Átila Alves da  
14 Costa, Federação das Industrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG;  
15 Edécio José Cançado Ferreira, Federação da Agricultura e Pecuária do  
16 Estado de Minas Gerais – FAEMG; Luanna de Fátima Oliveira, Federação  
17 das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do  
18 Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Clever Greco Magalhães,  
19 Conselho Municipal de Meio Ambiente - CODEMA; Paulo José de Oliveira,  
20 Pains – EPA; José Hermano Oliveira Franco, Associação AMA Pangéia –  
21 Amigos do Meio Ambiente. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**  
22 **NACIONAL BRASILEIRO. 2) ABERTURA.** O Presidente José Oswaldo  
23 Furlanetto declarou aberta a 132ª reunião da Unidade Regional Colegiada  
24 Alto São Francisco. Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Primeiro eu queria  
25 dar um bom dia a todos e todas, bom dia ao corpo técnico da Supram, da  
26 área técnica, da área jurídica, bom dia aos empreendedores presentes, bom  
27 dia aos consultores e demais presentes. Queria agradecer e dar um bom dia  
28 aos Conselheiros que fazem um trabalho relevante em prol do Estado de  
29 Minas Gerais, dessa região e em defesa do desenvolvimento sustentável da  
30 nossa região e do nosso estado. E vamos passar então para o terceiro ponto  
31 da nossa pauta que é o comunicado dos Conselheiros e assuntos gerais.” **3)**  
32 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**  
33 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Queria pedir aos Conselheiros que  
34 antes de fazer uso da palavra que se identificassem para que os registros  
35 ficassem corretos na ata. E falando na ata, foi me comunicado pela diretoria  
36 operacional da Supram Alto São Francisco para suprimir esse ponto 4 da  
37 pauta, que é justamente o exame da ata da reunião anterior. Ela teve um

38 problema na redação e está sendo retificada, e para ser trazida na próxima  
39 reunião e assim ser examinada pelos Conselheiros. A palavra então está  
40 aberta no item ponto 3, 3.0, no caso, para os Conselheiros que fizerem,  
41 quiserem fazer uso da mesma.” Conselheiro Leandro Willi: “Bom dia,  
42 Presidente, bom dia, demais Conselheiros. Na verdade o uso da palavra é  
43 rápida, é apenas para fazer um convite a todos, na semana que vem em São  
44 Paulo será realizado o 17º Congresso Brasileiro do Ministério Público do  
45 Meio Ambiente. E na oportunidade serão discutidos diversos assuntos  
46 relevantes, embora inicialmente o Congresso tenha sido concebido, mais  
47 voltado aos Promotores de Justiça, os Procuradores da República, ao  
48 Ministério Público. Nós temos visto que nos últimos anos a participação  
49 externa de diversos atores da causa ambiental tem enriquecido muito nosso  
50 congresso, né? Então esse convite nós temos estendido a todos os  
51 momentos, temos reforçado porque o Ministério Público jamais atua sozinho  
52 nessa causa. E se atuar sozinho tem uma grande chance de frustração, na  
53 verdade a frustração é certa, quando nós atuamos isoladamente. E não  
54 tendo adversários nessa causa, nada mais justo do que nós ampliamos esse  
55 convite a todos os atores. Então quem tiver o interesse, quem quiser mais  
56 informações pode acessar o site da ABRAMPA, que é [www.abrampa.org.br](http://www.abrampa.org.br).  
57 O congresso vai ser realizado dia 26 a 28, na semana que vem, de quarta a  
58 sexta-feira, uma pequena abertura na quarta à noite, com dias intensos de  
59 trabalho aí na quinta e também na sexta-feira. Então fica registrado o  
60 convite, seria muito interessante que todos pudessem comparecer, sabemos  
61 os afazeres, é difícil, é no meio da semana, mas aqueles que tiverem a  
62 disponibilidade serão muito bem-vindos. Muito obrigado.” Presidente José  
63 Oswaldo Furlanetto: “Alguém mais?” Conselheiro Carlos Eduardo: “Bom dia,  
64 só queria fazer uma consideração. Não pude vim na última reunião me  
65 apresentar.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Conselheiro, só um  
66 segundo. Favor se identificar, por favor.” Conselheiro Carlos Eduardo:  
67 “Carlos Eduardo do Sinduscon, representando o sindicato da construção de  
68 Minas Gerais, eu só queria me apresentar mesmo, eu não pude vir na última  
69 reunião e agradecer à... Estarei à disposição aí e agradecer a convivência  
70 com todos, obrigado.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Alguém mais?  
71 Bem, eu semana passada conversei com o Hidelbrando, que é o  
72 superintendente daqui do Alto São Francisco, a respeito do horário da  
73 reunião da URC de Divinópolis. Primeiro queria fazer uma breve  
74 apresentação, para quem não me conhece, eu vejo Conselheiros novos aqui.  
75 Eu estou ocupando o cargo de superintendente da Regional Sul, na Supram  
76 Sul, o meu nome é José Oswaldo Furlanetto, minha formação é em  
77 Engenharia Agrícola, e fiz pós-graduação também em gestão ambiental.  
78 Então eu queria colocar a vocês, Conselheiros, e a todos a Supram Sul à  
79 disposição quando precisarem de algum serviço, de algum contato a gente  
80 está à disposição de vocês lá. E a nossa reunião lá, depois que terminou

81 esse ciclo de COPAM e COPA, ela acontecia nos mesmos moldes daqui, de  
82 manhã COPAM e à tarde a COPA, que trazia a discussão da agenda verde.  
83 Depois da mudança da lei 21.976, 21.972, que extinguiu a COPA e passou a  
84 COPA para ser discutida no COPAM, e é o que está ocorrendo em todas as  
85 Supram's, o nosso horário está sendo depois do almoço, uma e meia e às  
86 vezes duas horas que a gente agenda. Por conta dos deslocamentos de  
87 todos os Conselheiros e também de quem preside. E conversando com o  
88 Hildebrando, isso se faz necessário colocar em discussão no Conselho para  
89 que a gente tenha de vocês uma opinião sobre a mudança do horário de  
90 8h00min para às 14h00min ou 13h30min, fica a critério da Supram. Alguém  
91 poderia estar falando a respeito?" Conselheiro Luciano Marcelo de Oliveira:  
92 "Bom dia a todos. Bom, Presidente, eu acho que para a atividade nossa  
93 policial esse horário da parte da tarde é complicado, em razão da situação do  
94 nosso trabalho. Então se continuasse na parte da manhã para a gente seria  
95 mais fácil." Conselheiro Clever Greco: "Vou aproveitar a oportunidade para  
96 me apresentar. Eu sou secretário municipal de planejamento e meio  
97 ambiente de Divinópolis, é a minha, eu já pertenci ao COPAM há tempos  
98 atrás, mas agora estou retornando à minha primeira reunião. Eu manifesto a  
99 favor do horário da manhã, o horário da tarde também eu acho que complica.  
100 Mas não só para, nós temos dois representantes Conselheiros da prefeitura  
101 aqui, e para os dois seria, é preferível que seja na parte da manhã."  
102 Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: "Primeiro o senhor vai me  
103 permitir, Presidente, cumprimentar os Conselheiros que hoje estão  
104 assumindo aqui e desejar um trabalho frutífero aqui conosco. Sei que a  
105 colaboração, com a sua experiência e dos demais só vai engrandecer esse  
106 Conselho, tá? Apesar do Conselho, no meu modo de vista, estar  
107 extremamente diminuído hoje. Eu me manifesto também pela manutenção  
108 do horário da manhã, de preferência com o cumprimento do horário de início  
109 às 8h00min. Porque a parte da tarde você tem fórum aberto, você tem  
110 diversas atividades, tá? Obviamente se houver a maioria determinando que  
111 seja na parte da tarde, a federação não vai deixar de ser representada. Caso  
112 eu não possa vir, meu suplente virá, mas a posição inicial nossa é que  
113 mantenha esse horário. Afinal de contas, nós tiramos leite, né, então  
114 4h00min a gente está acostumado a levantar." Conselheira Luana: "Eu  
115 agradeço a oportunidade e manifesto pela parte da manhã." Conselheiro  
116 José Hermano Oliveira Franco: "Eu também prefiro a parte da manhã,  
117 Presidente, é mais fácil o deslocamento para mim a organizar as atividades  
118 do dia." Conselheiro Átila Alves e Costa: "Eu também manifesto pela manhã,  
119 estou aqui hoje substituindo o Tulio, na verdade eu já participei ativamente  
120 aqui durante muitos anos, hoje é o Tulio que representa no dia a dia. E é um  
121 prazer estar aqui em retornar." Lucas, coordenador da Regional da SEPLAG:  
122 "Realmente o horário da manhã é preferível." Conselheiro Paulo José de  
123 Oliveira: "Para mim também é viável mesmo a parte da manhã, o suplente eu

124 não sei, mas, para mim que sou o titular quando tiver de vir de manhã para  
125 nós é bem melhor.” Conselheira Rafaela Lúcia Martins de Oliveira: “Eu  
126 também faço a votação pela parte da manhã, mas em razão de ter sido  
127 colocado em votação na última reunião como pauta, essa decisão por  
128 permanecer o horário das 8h00min na última reunião, então pedir a  
129 cooperação dos Conselheiros conosco que viajamos, para que possa a  
130 reunião começar realmente às 8h00min.” Presidente José Oswaldo  
131 Furlanetto: “Ninguém mais? Nós temos a unanimidade, né? Com relação ao  
132 horário, e o Conselho é soberano em todos aspectos, então a reunião  
133 continua acontecendo às 8h00min e isso deve constar em ata que foi  
134 deliberado por maioria não, unanimidade, então a reunião continua sendo às  
135 8h00min. Obrigado a todos por terem se pronunciado a respeito. E como eu  
136 disse então, o item 4, ele foi suprimido da pauta, nós podemos passar então  
137 já para o item 5, que é o primeiro processo a ser discutido e deliberado.  
138 Vamos para a leitura.” **5. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME**  
139 **DE REQUERIMENTO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL EM BIOMA**  
140 **Mata Atlântica, EM ESTÁGIO DE REGENERAÇÃO MÉDIO OU**  
141 **AVANÇADO, NÃO VINCULADOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: 5.1**  
142 **Valdemair Fonseca / Fazenda Cachoeira do Areião - Pecuária -**  
143 **Formiga/MG - PA/Nº 13010001169/15 - Área de RL: 2,4638 ha - APP:**  
144 **1,1851 ha - Área Requerida: 9,1136 ha - Área Passível de Aprovação:**  
145 **0,0000 ha - Fitofisionomia: Ecótono - Estágio de Regeneração: Médio.**  
146 **NRRA Arcos.**  
147 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Parecer da Supram Alto São  
148 Francisco, PU, né, técnico e jurídico, é pelo indeferimento. O item está em  
149 discussão e depois em votação. A palavra está aberta.” Conselheiro Clever  
150 Greco: “Pelo que a gente percebe aqui é uma pequena propriedade rural  
151 com a intenção de produzir numa região, Formiga é predominantemente  
152 campo e Cerrado, onde se refere numa área aqui de Mata Atlântica. Não tive  
153 a oportunidade de conhecer no local, mas eu tenho enfrentado e passado  
154 por vários problemas de classificação de Mata Atlântica, ainda mais quando  
155 fala aqui que está em fase de regeneração. As propriedades rurais já são  
156 separadas e a lei prevê 20% da reserva legal, e além da reserva legal a  
157 classificação de Mata Atlântica em estado de regeneração. Eu não, em  
158 absolutamente, eu não consideraria isto um empecilho para a produção  
159 agrícola, eu seria voto contra o indeferimento e sou a favor da supressão  
160 para a produção. Muito obrigado.” Conselheiro Edélcio José Cançado  
161 Ferreira: “Esse assunto, Mata Atlântica, na última reunião foi extremamente  
162 debatido aqui e o infelizmente o entendimento é que a legislação vale pouco.  
163 A lei da Mata Atlântica não se aplica, aplica o entendimento, porque a lei é  
164 clara, o bioma Mata Atlântica está restrito ao mapa do IBGE. Bom Despacho  
165 está talvez há mais de 100 quilômetros do rabicho do mapa da Mata  
166 Atlântica mais próxima, e está sendo enquadrada mais uma vez nisso aí. Eu

167 acompanho o seu posicionamento, acho que nós, o mundo com a demanda  
168 por alimentos que nós temos, nós temos que preservar ambientalmente, mas  
169 não podemos chegar à loucura de indeferir tudo. Todos os pareceres que  
170 vieram, na reunião passada e nessa, são todos pelo indeferimento. Ou seja,  
171 há, parece uma orientação, de indeferir tudo. Nós vamos chegar um  
172 momento que talvez vamos voltar aquilo lá, por exemplo, nós vamos ter que  
173 fazer um acerto de contas na tripulação.” Presidente José Oswaldo  
174 Furlanetto: “Não consta nenhum inscrito para fazer uso da palavra aqui. Ah,  
175 você é do núcleo? Então você desculpa, porque eu perguntei para o Márcio  
176 aqui, ele que acabou de falar para mim que era consultor. Desculpa, também  
177 ao Conselheiro. É porque só para não perder a rédea da reunião aqui, então  
178 desculpa a todos, ao Conselheiro, a você, que é do núcleo, nosso parceiro  
179 de trabalho, bom dia, entendeu? Eu tive a informação errada aqui. Obrigado.  
180 Pode fazer uso da palavra depois que ele terminar. Obrigado.” Conselheiro  
181 Paulo José de Oliveira: “Eu, o meu voto é pelo indeferimento também porque  
182 eu quero colocar aqui a nossa visão do contexto geral de Formiga. Cachoeira  
183 do Areião está na micro bacia do Rio Formiga, onde houve um trabalho já  
184 recente da gente recuperar várias, várias áreas por causa das nascentes que  
185 estão secando, o Rio Formiga está morrendo, né? Nascendo o Rio Formiga,  
186 então qualquer empreendimento nessa região onde (trecho incompreensível)  
187 Areião, Barra Mansa, nós temos que trabalhar agora para recuperar o pouco  
188 que tem lá de resto. Então se não recuperar as áreas lá nosso município  
189 provavelmente vai ficar sem água em pouco tempo. Então eu acredito que  
190 qualquer empreendimento naquela região que seja para suprimir área  
191 vegetal, né, eu sou contrário.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Algum  
192 Conselheiro, alguém mais vai fazer uso da palavra? Porque na sequência do  
193 regimento os Conselheiros têm preferência.” Conselheiro José Hermano  
194 Oliveira Franco: “Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Eu também sou pelo  
195 indeferimento porque na verdade a gente, caminha tudo ao contrário, a gente  
196 sabe a quantidade de desperdício de alimento que existe, a gente sabe a  
197 quantidade de técnicas novas de produção em poucos espaços e a gente e  
198 não vê o governo hora nenhuma trabalhando de forma positiva e sim  
199 pressionando a floresta o tempo inteiro. Então isso não é, acho que não cabe  
200 nem à gente, que seria até um contrassenso usar um conselho desse  
201 tamanho como escudo para determinadas coisas. Então o governo tem que  
202 trabalhar direito, na verdade, na minha opinião, inclusive, esse atual governo  
203 é um desastre ambiental maior do que o de Mariana, porque ele está  
204 destruindo a gestão ambiental completamente. O fato da gente vim aqui hoje  
205 julgar esse tipo de processo aqui é simplesmente ridículo, é totalmente fora  
206 de propósito. O Conselho não está se prestando a isso, a Lev, o próximo  
207 caso aqui, por exemplo, classe 3, para licenciar não vem aqui, mas para  
208 resolver esse problema nós temos que vim aqui? Como assim? Então essa é  
209 um desastre ambiental muito maior que o da Samarco, que nós estamos

210 vivendo. Então acho que pressionar a floresta simplesmente não, eu também  
211 sou pelo, continuo, eu vou acompanhar, está bem feito o relatório,  
212 acompanho sempre isso.” Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “Eu  
213 penso.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Só um segundo, Edélcio. A  
214 sua manifestação foi contrária à supressão?” Conselheiro Edélcio José  
215 Cançado Ferreira: “Eu li o relatório aqui falando município de Bom Despacho,  
216 mas o negócio é em Formiga. O relatório teve um erro de digitação nele aí,  
217 induz a gente a posicionamento equivocado.” Presidente José Oswaldo  
218 Furlanetto: “Agora sim o do núcleo responsável pelo.” Jonas, Núcleo Arcos:  
219 “Bom dia, primeiramente, a todos. Só um esclarecimento, quanto à  
220 localização da propriedade: ‘Isaac, abre para mim’. De acordo com o mapa  
221 de biomas do IBGE, dá um zoom: ‘Isaac, a propriedade ela está dentro do  
222 bioma Mata Atlântica, tá?’”. É só um esclarecimento a ser feito aqui para os  
223 senhores.” Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “Eu coloquei a  
224 posição que está fora do bioma porque está falando Bom Despacho, e Bom  
225 Despacho por mais que eu aperte a mão não entra no mapa do IBGE de jeito  
226 nenhum.” Não se identificou: “Edélcio, o parecer técnico eu tenho certeza  
227 que saiu Formiga: ‘Está Bom Despacho?’” Débora, Supram/ASF: “Não,  
228 realmente foi um erro de digitação. Está aqui a certidão de registro de imóvel,  
229 aqui fala ‘neste município’, a comarca é Formiga.” Presidente José Oswaldo  
230 Furlanetto: “Obrigado pela intervenção e esclarecimento. Algum Conselheiro  
231 mais?” Conselheiro Clever Greco: “Eu acho que reforça mais ainda, Edélcio,  
232 a, eu conheço bem a região tanto de Bom Despacho quanto de Formiga, a  
233 cobertura vegetal de Bom Despacho é mil vezes mais rica do que a  
234 cobertura vegetal de Formiga. Pode ser que tenha algum ponto em Formiga  
235 que seja caracterizado Mata Atlântica, mas predominante na região de  
236 Formiga é Cerrado e campo. Agora, eu estou acostumado muito a ver  
237 classificar-se Mata Atlântica por causa de um óleo de copaíba, por causa de  
238 uma determinada espécie que está entre transição de Cerrado e Mata  
239 Atlântica. E com isso, não estou aqui questionando a questão ambiental, e  
240 nem a localização de está realmente na cabeceira de alguma nascente,  
241 porque não é essa, não tem essa informação aqui no laudo. Eu estou  
242 questionando um problema desse tamanho, quer dizer, é uma pequena  
243 propriedade, provavelmente familiar, de economia familiar, sendo que  
244 praticamente vou considerar que é Mata Atlântica, mas, a minha experiência  
245 é muito grande para que isso tivesse até aqui algum biólogo com essa  
246 classificação e as espécies. Porque já me falaram que já estão falando aqui  
247 que ela está em fase de regeneração, de recuperação. Eu mantenho,  
248 Edélcio, esse voto ainda reforça mais ainda o fato de estar em Formiga,  
249 respeitando totalmente o Paulo José, que conhece a área aí, está falando  
250 que está próximo a uma cabeceira, uma nascente, a propriedade está nessa  
251 nascente?” Não se identificou: “Nascente, é próximo às nascentes.”  
252 Conselheiro Clever Greco: “O quê que é esse próximo? Se for na nascente é

253 outra coisa, mas ninguém está falando que está desmantando nascente, está  
254 falando que está pedindo para desmatar uma propriedade de, pequena  
255 propriedade para produção e fico mais tranquilo ainda com meu voto  
256 totalmente contrário ao indeferimento, sou a favor à produção de pequenas  
257 propriedades e economia familiar. Muito obrigado.” Conselheiro José  
258 Hermano Oliveira Franco: “Só um comentário rapidinho aqui. Muitas vezes,  
259 você me desculpa, eu perdi seu nome, primeira vez, Clever. Muitas vezes a  
260 gente tem que fazer algumas correções de entendimento aqui também, eu  
261 procuro fazer isso. A lei, na verdade, não foi feita para proteger meio  
262 ambiente, então a lei fala 50 metros protege nascente é mentira da grossa,  
263 na prática é mentira da grossa. Então muitas vezes a área de recarga que  
264 está acima, que está mais próxima, é muito mais importante do que  
265 exatamente aonde está nascendo a água. E nisso é que acompanho muito  
266 esse tipo de raciocínio que ele colocou aqui, a gente, é totalmente  
267 desconsiderado, porque a lei não protege, a lei não protege, pode passar em  
268 cima, aí você passa em cima da área de recarga. Passou em cima da área  
269 de recarga como é que a nascente vai continuar subsistindo? Depois a gente  
270 reclama que não tem água. Então há que se começar a pensar nisso, mas  
271 isso, repito, é uma questão de gestão ambiental num nível que não é nem, a  
272 coisa chega a ser cruel, nós temos bons, eu, particularmente, não tive o  
273 desprazer de conhecer o mau funcionário ainda da parte ambiental do estado  
274 de Minas Gerais. Deve existir, mas eu ainda não conheci. Os funcionários  
275 trabalham muito bem, mas a gestão da coisa é muito mal feita, é muito mal  
276 dirigida e muito amadoramente dirigida, para te falar a verdade. Porque é  
277 possível conjugar muita coisa aqui e não precisava ser um desastre do jeito  
278 que está virando.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Novamente só para  
279 fazer algumas considerações. Na verdade a nossa região ela está na, ela  
280 tem resquícios de Mata Atlântica, nós estamos uma área cástica do Alto São  
281 Francisco, né? Então Formiga pertence à área castiga, né? Então há vários,  
282 há várias matas realmente. Mas só para reforçar essa questão da nossa, do  
283 nosso voto contrário, porque nós acompanhamos de longa data já um  
284 trabalho (trecho incompreensível). Inclusive a gente preocupa com essas  
285 questões de aprovar aqui supressão, empreendimentos nas áreas de  
286 nascentes e me deixa muito triste porque o COPAM, há pouco tempo  
287 aprovou para a prefeitura instalar um aterro sanitário num santuário  
288 ecológico nosso lá. A gente brigou, não tínhamos assento aqui ainda,  
289 brigamos, o prefeito tinha um assento aqui na época, e ele conseguiu fazer  
290 com que o COPAM aprovasse essa instalação do aterro, o aterro está  
291 derrubando chorume lá a torto e a direito lá nas comunidades, no Rio Pouso  
292 Alegre, que é super limpo, está lá derrubando esse chorume todo mês. O  
293 ano passado o Ministério Público inclusive conseguiu lá multar lá o aterro,  
294 tentar colocar ele, porque diz que era de primeiro mundo, que não tinha  
295 problema nenhum. Hoje ele tá dando 1001 problemas lá para a comunidade,

296 contaminando a água, jogando em Pouso Alegre, que cai no lago de Furnas.  
297 E agora foi aprovado para ser instalado no lugar que não podia. Então acho  
298 que a gente tem que analisar muito bem se cabe a nós aprovar aqui qualquer  
299 coisa, eu acho que a gente tem que saber se hoje no mundo que a gente  
300 está faz campanha para preservar, e aquilo que a gente, e a gente sabe  
301 muito bem que Formiga tem várias áreas lá para plantar, né? Eu vou  
302 considerar aqui que, às vezes, um proprietário tem o seu pequeno pedaço de  
303 terra para sobreviver, mas a gente tem que pensar no contexto de  
304 sociedade, comunidade, é preservar o meio ambiente. Então nosso papel  
305 aqui acho que é preservar, então tudo aquilo que a gente puder fazer para  
306 preservar a gente tem que preservar. Então se a própria Supram com a sua  
307 equipe técnica já analisou, e nós também analisamos, e aí, e nós somos  
308 mesmo pelo indeferimento, tá? Só para...” Presidente José Oswaldo  
309 Furlanetto: “Só um minuto. Eu queria assim, tentar, se não tiver esclarecido,  
310 vai ficar esclarecido agora. A Supram encaminhou o parecer pelo  
311 indeferimento, a Supram é contrária à supressão. Então quando o  
312 Conselheiro falou: ‘Eu sou contrário.’, ele é contrário à supressão também,  
313 não contrário ao indeferimento. Então no posicionamento eu queria que  
314 ficasse mais claro para que todos entendessem, né? Ficasse mais claro, é  
315 fácil de se definir depois. Alguém mais vai fazer uso da palavra? Eu sei que o  
316 Ministério Público está à frente.” Conselheiro Luciano Marcelo de Oliveira:  
317 “Bom, pela análise aqui do parecer jurídico, me parece que alguma parte  
318 dele aqui fala que Formiga tem uma área de cobertura vegetal muito  
319 inexpressiva. E realmente, pelo que está no parecer jurídico dentro da lei de  
320 Mata Atlântica, aos olhos da lei, se você for avaliar o pedido dentro da lei, ele  
321 não se enquadra em pequeno proprietário rural, não se enquadra em  
322 economia de renda familiar, ele é eletricitista. E ele também não cumpriu as  
323 exigências que o próprio técnico pediu, de demarcação da área de reserva.  
324 Então, não que seja, isso no modo de interpretar que a gente está tendo  
325 aqui, não que seja o pedido dele, ele seja errado em pedir, mas, a lei não  
326 autoriza. Então o COPAM ao julgar esse tipo de atividade, deve primar  
327 também, no entendimento da gente, pelo cumprimento da lei. Porque ao  
328 mesmo tempo que a gente está aqui analisando e votando a favor ou ao  
329 contrário, nós também somos responsáveis pela fiscalização do meio  
330 ambiente, todos nós aqui. Então se a gente descumpra a lei, como que a  
331 gente vai aplicar a lei ao outro que está errado lá fora? Eu mantenho pelo  
332 indeferimento também.” Conselheiro Giovanard Marco Alves: “Acredito eu  
333 que uma das características do pequeno produtor rural é a prática de  
334 atividades para a sua subsistência, ok? E uma vez que você tem a  
335 supressão de 9 hectares de uma área de Mata Atlântica para a destinação à  
336 bovinocultura, eu acho que essa caracterização ela deixa de existir. Então  
337 não vejo caracterização de pequeno produtor rural na supressão de 9  
338 hectares para implantação de bovinocultura.” Conselheiro Leandro Willi: “Na



339 verdade eu vou fazer coro ao Tenente Luciano, muita das considerações  
340 dele eram realmente as que eu ia chamar atenção. Eu acho que é o  
341 seguinte, nós temos que ver que o fato de, e aí eu vou fazer um pequeno  
342 parênteses, que eu sempre, como eu disse, na reunião anterior, jamais vou  
343 me aventurar na questão técnica. Os técnicos fazem sempre um trabalho,  
344 pelo que eu tenho visto, um trabalho muito bem feito. Queria mais uma vez  
345 parabenizar, é um parecer, realmente, que nos dá segurança para que a  
346 discussão aqui seja mais ou menos esclarecedora, mas, o parecer está  
347 muito bem feito, o fato de Formiga ter aí resquícios de Mata Atlântica não  
348 nos dá legitimidade nem a autoridade de arrebentar com o que sobrou, né?  
349 Nós temos aí um histórico de degradação ambiental e eu acho que aí nós  
350 temos que todos assumir uma responsabilidade. Cumprimento da lei, né, a  
351 gente não pode sequer discutir, o parecer é muito claro quando se refere  
352 (trecho incompreensível) caracteriza o caso num pequeno produtor rural, é  
353 uma interpretação totalmente, é descabida, aqui não tem interpretação, né, o  
354 fato de ele não sobreviver daquilo, da propriedade e ter aí pelo que me, pelo  
355 que consta aqui 12 hectares com pedido de supressão de 9 hectares,  
356 praticamente 75% da propriedade, restando aí a área de preservação  
357 permanente a reserva legal. E o parecer vai além, o parecer fala que tem  
358 problemas na identificação da reserva legal CRA. Então aqui a questão me  
359 parece muito bem clara, o parecer tanto técnico como jurídico, os pareceres  
360 estão muito bem fundamentados e nos dão aí a segurança para votarmos,  
361 acredito eu, logicamente respeitando posicionamentos em contrário pelo  
362 indeferimento, acolhendo os pareceres do órgão ambiental.” Conselheiro  
363 Roger Alexandre Nogueira Gontijo: “Um ponto que se deve levar em  
364 consideração é a questão legal. Então fica claro que não se discute se está  
365 dentro ou fora, se o bioma realmente é de Mata Atlântica, porque ele está  
366 dentro da delimitação estabelecida pelo IBGE e a lei 11.428 é clara. Outras  
367 questões que devem ser levadas em consideração, que já foram pontuadas  
368 pelos Conselheiros, primeiro é a questão que o inventário florestal parece  
369 que não atendeu o que se desejava, é um ponto que se deve ressaltar. A  
370 questão de pequeno produtor, como os Conselheiros já comentaram. E uma  
371 coisa que me chamou atenção no processo é que a propriedade, apesar de  
372 querer desmatar mais, querer mais áreas para pastagem, ela já ocupa a área  
373 de preservação permanente com pastagem. Então eu conheço o município  
374 de Formiga, eu leciono lá, a gente tem acompanhado os problemas do  
375 município com relação às áreas de mata e de preservação, já temos  
376 demasiadas áreas de pastagem. O que não impede a solicitação do  
377 produtor, como foi colocado, mas, eu vou também acompanhar os  
378 Conselheiros pelos indeferimento, como proposto pelos técnicos da Supram.”  
379 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Ninguém mais? Bom, findadas então  
380 as considerações dos Conselheiros, nós temos que colocar o processo em  
381 votação. Então os Conselheiros que forem favoráveis ao indeferimento

382 proposto pelo parecer único técnico e jurídico da Supram Alto São Francisco,  
383 permaneçam como estão, os contrários se manifestem. O processo  
384 aprovado com dois votos contrários da FEDERAMINAS, FAEMG, desculpa,  
385 FAEMG e CODEMA. Passamos então para o próximo ponto de pauta. **6.**  
386 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE AUTO**  
387 **DE INFRAÇÃO: 6.1 Lev Termoplástico Ltda. - Fabricação de resinas**  
388 **termoplásticas a partir de produtos petroquímicos básicos - PA/Nº CAP**  
389 **469807/17 - AI/Nº 1605/2007 - Pará de Minas/MG - Apresentação: Supram**  
390 **ASF. Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Pelo indeferimento do recurso,**  
391 **encaminhamento da Supram Alto São Francisco é pelo indeferimento do**  
392 **recurso. O item 6.1 está em discussão, a palavra está aberta. Ninguém?”**  
393 **Conselheiro Clever Greco: “Eu tive a oportunidade de conhecer essa**  
394 **empresa, há uns dez anos atrás, aproximadamente na época da autuação. A**  
395 **empresa na época em teste, quando ela recebeu essa, essa autuação. Fui**  
396 **chamado à época como consultor, eu gostaria até de, por ter participado, há**  
397 **dez anos atrás como consultor da empresa, que me abstinasse de qualquer**  
398 **manifestação com relação à essa empresa, porque trabalhei como consultor.**  
399 **Relato apenas que o que ela operava há dez anos atrás é a mesma**  
400 **operação que tem hoje, da mesma maneira que ela continua operando até**  
401 **hoje.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Será constado em ata a tua**  
402 **abstenção.” Sônia, advogada da Supram: “Bom dia a todos. Prazer rever**  
403 **aqui os Conselheiros já conhecidos e prazer conhecer os novos que aqui**  
404 **estão, não é. Só para reforçar mesmo, o Doutor Flávio Greco tem, Flávio**  
405 **não, desculpa, o Clever Greco, não é? Tem procuração nos autos, condiz**  
406 **com o que o que o senhor está falando, não poderá nem manifestar, né? e**  
407 **nem votar no processo, realmente. Se tiver alguma dúvida, estou aqui à**  
408 **disposição para esclarecer sobre a aplicação da penalidade nesse processo,**  
409 **a improcedência do recurso.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:**  
410 **“Obrigado, Doutora Sônia. Alguém mais?” Conselheiro Edécio José**  
411 **Cançado Ferreira: “Eu gostaria de saber se houve alguma análise técnica**  
412 **para comprovar a degradação ou se foi apenas a constatação visual.” Sônia,**  
413 **advogada da Supram: “Olha, o que consta no nosso parecer é o relatório**  
414 **técnico feito no dia da fiscalização. Traz aí para a gente todas as, o relatório,**  
415 **tudo o que constava no empreendimento, que caracteriza degradação**  
416 **ambiental.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Doutora Sônia,**  
417 **prazerão em revê-la. Há relatórios fotográficos comprovando essas manchas**  
418 **de óleo, essas degradações? Porque no meu entendimento deveria ter sido**  
419 **feito uma análise de solo para ver o grau de degradação, inclusive para**  
420 **graduar a pena.” Sônia, advogada da Supram: “Sim, olha o quê que**  
421 **acontece. O ônus da prova inverte no direito ambiental. Então, quando foi**  
422 **verificado e constatada a degradação, ainda que visual, né?! Porque tem**  
423 **coisa que não precisa nem de análise, não é? E ele não trouxe prova**  
424 **contrária nesse sentido que descaracterizasse a boa-fé ou a fé pública do**

425 nosso fiscal.” Conselheiro Luciano Marcelo de Oliveira: “Ele disse aqui no  
426 recurso dele da não aplicação do previsto no artigo 77 do decreto 43.309,  
427 alegando lá flagrante descumprimento da lei, da análise nesse decreto. Só  
428 que o próprio recurso dele, ele não tem uma fundamentação forte, esse  
429 decreto ele prevê que o termo de ajustamento de conduta poderá também  
430 prever a suspensão da multa, poderá. Então é um poder discricionário, como  
431 pode, como não pode. Então a gente entende que o recurso dele não está  
432 exatamente tão embasado e dando segurança para que seja acatado.”  
433 Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Na verdade só um comentário,  
434 Presidente, só porque representante da sociedade civil a gente às vezes não  
435 consegue fica muito calado, tem tão pouca oportunidade. E até por ser  
436 representante da sociedade civil que eu continuo vindo às reuniões, mesmo  
437 com o COPAM tão esvaziado. Mas há umas contradições muito grandes  
438 nessa história da gestão ambiental que o atual, que a gente está vivendo,  
439 não é? Porque, por mais que a multa pode ser justa, está bem  
440 fundamentado, etc., apesar da palavra do Clever, eu entendo o que ele falou  
441 aqui. Mas multas, às vezes, centenas, milhares de vezes maiores do que  
442 essas, simplesmente não são pagas, o governo simplesmente fala: Bacana,  
443 que lindo. Mais ou menos o caso da Samarco e outros tantos que a gente vê  
444 por aí. E te repito, nós não somos competentes para julgar o licenciamento,  
445 porque ela é classe 3, salvo engano, me corrija se eu estiver errado, mas  
446 somos competentes nessa hora? Está esquisito isso aí, está bem estranho  
447 isso. Nós estamos servindo de escudo ou de coisa parecida ou, sei lá, algum  
448 tipo de teatro. Mas insisto, vou continuar participando, porque a sociedade  
449 civil tem a cadeira e merece ser representada, não é? O pessoal que tem  
450 menos voz geralmente é quem mais sofre, é a sociedade no fim das contas.  
451 Mas fica essas considerações para análise, porque está difícil.” Conselheiro  
452 Edélcio José Cançado Ferreira: “Eu gostaria de saber da Supram se houve  
453 medidas efetivas para sanar o possível dano e se o infrator colocou  
454 dificuldades ou se foi colaborativo com o órgão ambiental.” Sônia, advogada  
455 da Supram: “Olha, ele apenas cumpriu a determinação do TAC, posterior.  
456 Não teve nenhuma medida efetiva com colaboração. Ele assinou um TAC  
457 para que ele pudesse prosseguir com o processo e cumpriu o TAC.”  
458 Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “Doutora Sônia, e as medidas  
459 que ele cumpriu do TAC, elas foram efetivas para sanar o problema?” Sônia,  
460 advogada da Supram: “Olha, depois aqui não fala de uma medida, um  
461 relatório técnico nesse sentido. Mas quando já se cumpre por força de TAC,  
462 a gente não considera como um benefício para o autuado, é uma obrigação  
463 dele. A gente considera uma medida efetiva é quando ele faz isso  
464 espontaneamente, não por força de TAC.” Conselheiro Edélcio José  
465 Cançado Ferreira: “Ok, eu estou satisfeito com a sua resposta, apesar de não  
466 concordar.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Ninguém mais? Fazer o  
467 uso da palavra? Nós podemos partir então para a votação.” Não se

468 identificou: “Senhor Presidente, eu gostaria que o senhor colocasse a  
469 apreciação da redução da multa em 30% com base no artigo 68, alínea A.  
470 Inciso um alínea A.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Doutora Sônia, da  
471 Supram, quer se manifestar a respeito da proposta do Conselheiro de  
472 redução da multa?” Sônia, advogada da Supram: “Olha, Conselheiro, não  
473 tem como fazer aqui uma sugestão de acatamento dessa atenuante, tá?  
474 Tendo em vista que a efetividade das medidas adotadas, né? Foi pela força  
475 do TAC, e em razão de descumprimento de determinação condicionada na  
476 licença de LP e LI, está certo? Ele não cumpriu as condicionantes da LP e LI,  
477 portanto causando degradação ambiental. Ele teve oportunidade de não, de  
478 cumprir, se ele tivesse cumprido o que ele comprometeu na licença, nas  
479 duas licenças, ele não teria sido autuado por degradação ambiental. Então  
480 quando a pessoa não cumpre, ela está correndo o risco, né? De ser  
481 penalizado por isso. Portanto, eu entendo que não cabe a atenuante nesse  
482 sentido.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “A senhora teria como  
483 fazer a leitura desse artigo da legislação e do inciso e da alínea? Porque eu  
484 sou um pouco leigo em legislação, mas eu não estou vendo aí aonde é que  
485 fala de TAC, nada, não fala, no meu modo de ver, isso não está explicitado  
486 na lei. E a lei é clara. Nós temos que nos ater à letra fria da lei, tá? Se a lei  
487 está falando atenuante, atenuante vem após a multa, ele não vem anterior à  
488 multa. A ação dele antes de ser multado não está sendo discutida aqui, está  
489 sendo discutida após a multa. Se após a multa ele fez o que está prevendo  
490 aqui como atenuante, acredito eu, salvo engano total da minha parte, que ele  
491 tenha direito a esse atenuante desde que votado e aprovado pelos  
492 Conselheiros. Por isso que eu gostaria que fosse feita a leitura, para que  
493 todos os Conselheiros tomassem ciência aí, plena, do que está  
494 acontecendo.” Sônia, advogada da Supram: “Só localizando aqui o texto.  
495 Mas deixando claro, Conselheiro, que a aplicação da lei a gente faz a análise  
496 do preenchimento dos requisitos. A atenuantes está descrita e a gente  
497 analisa se ele preencheu tais requisitos. Sobre o valor base da multa, é o  
498 artigo 68, serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme  
499 o que se segue. Atenuante da alínea A, a efetividade das medidas adotadas  
500 pelo infrator para correção dos danos causados ao meio ambiente, recursos  
501 hídricos, incluídos medidas de reparação ou de limitação da degradação  
502 ambiental. Se realizada de modo imediato, hipótese em que ocorrerá  
503 redução da multa em 30%.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “A  
504 senhora não está lendo a letra A, não, que eu estou com ela aqui.” Sônia,  
505 advogada da Supram: “Uai, doutor, artigo 68, alínea A.” Presidente José  
506 Oswaldo Furlanetto: “Só um minuto, Conselheiro, deixa a Doutora Sônia  
507 terminar a leitura.” Sônia, advogada da Supram: “É isso aqui. O artigo 88, 68,  
508 alínea A. Gente, qual que é a do senhor, doutor? É a efetividade das  
509 medidas adotadas pelo infrator, isso aqui está na própria peça de recurso,  
510 artigo 68, alínea A, está na peça do recurso do infrator. Adotadas pelo

511 infrator para correção dos danos causados ao meio ambiente e recurso  
512 hídricos, incluindo medidas de reparação ou de limitação da degradação  
513 causada, se realizada de modo imediato. Hipótese em que ocorrerá a  
514 redução da multa. O entendimento que a gente tem disso aqui é uma  
515 situação de acidente, em acidente quando ele toma medida rapidamente  
516 sem que o órgão até já tenha exigido alguma coisa dele, aí sim ele  
517 preencheu o requisito. Nesse caso eu considero que ele não preencheu o  
518 requisito. Prova nenhuma ele trouxe para a gente do preenchimento desse  
519 requisito.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Tendo em vista que  
520 ele não trouxe nenhuma prova aos autos, as atividades dele estão  
521 suspensas?” Sônia, advogada da Supram: “Hoje, esse empreendimento já  
522 deve estar licenciado, isso aqui foi em 2007, tá? A gente aplicou, inclusive  
523 não sei se vocês acompanharam bem aí o parecer, quando foi verificar  
524 condicionantes dele de LP e LI que verificou que ele já estava operando. Ele  
525 queria, pediram uma operação provisória, aí foram verificar as  
526 condicionantes, verificar que ele já estava operando, antes de obter o título, e  
527 com degradação. Ele foi autuado, inclusive, por informação falsa, mas isso  
528 foi descaracterizado lá na defesa, conseguiu descaracterizar na defesa essa  
529 informação dele. Bom, ele estava sob a égide do decreto 44.309, com a  
530 vinda do decreto 44.844, no artigo 96, pediu para aplicar aos processos que  
531 ainda não tivesse sido julgado, que fosse aplicado a norma mais benéfica.  
532 Então, anteriormente, o que era, que tinha permanecido na defesa, de uma,  
533 um valor de R\$ 100.000,00, cem mil e um, com aplicação da norma mais  
534 benéfica ele veio para um valor menor. O que isso a gente fez agora, com  
535 atualização da UFEMG, chegando aos 64.262,96, então.” Conselheiro  
536 Edécio José Cançado Ferreira: “Doutora Sônia, se ele hoje está licenciado,  
537 eu posso crer então que todos esses fatos já foram devidamente sanados e  
538 que não há mais qualquer degradação da empresa nos termos do auto de  
539 infração aqui lavrado.” Sônia, advogada da Supram: “O fato dele estar  
540 licenciado não descaracteriza a infração ocorrida em 2007.” Conselheiro  
541 Roger Alexandre Nogueira Gontijo: “Eu penso que nós não podemos  
542 entender cumprimento de obrigações de TAC como atenuante para uma  
543 diminuição de multa. O TAC foi proposto depois por ele não ter de boa  
544 vontade cumprido ou atenuado os impactos e minimizado com algumas  
545 medidas os danos que ora podem ter sido causados.” Márcio Muniz,  
546 Supram/ASF: “Para corroborar o entendimento da Doutora Sônia, e também  
547 do meu colega, o termo é um termo de ajustamento de conduta, ou seja, já  
548 enseja que ele estava de modo irregular perante o órgão ambiental, e foi  
549 assinado aquele acordo para que ele adotasse medidas para mitigar e  
550 cessar algum dano ambiental, que já também advém de uma situação  
551 irregular, né? Tendo em vista que era uma LP, LI, e foi constatado que era  
552 uma LOC, uma Operação Corretiva de forma irregular desconhecida do  
553 órgão que só foi constatado no momento da fiscalização. Então todo esse

554 contexto não dá para ser aplicado aqui nessa questão de efetividade de  
555 cumprimento das medias ambientais.” Conselheiro Átila Alves e Costa: “Eu  
556 concordo aqui com o posicionamento do Conselheiro Edécio, companheiro  
557 da FAEMG, no sentido de que, considerando que a empresa já está  
558 licenciada há bastante tempo, pressupõe que a empresa está funcionando  
559 dentro da norma. Mas também nós temos que considerar um outro aspecto  
560 que eu acho extremamente importante, considerando a crise atual  
561 econômica que nós estamos vivendo, principalmente no setor industrial. Uma  
562 multa de R\$ 200.000 ou R\$ 50.000 é pesado, considerando o contexto  
563 econômico. Eu acho que vale a pena reavaliar a possibilidade da redução  
564 dessa multa.” Márcio Muniz, Supram/ASF: “Em que pese as razões  
565 apresentadas pelo Senhor Átila, nós temos que nos ater aqui às disposições  
566 legais, né? O fator econômico, ele não é uma questão para atenuar, e sim  
567 essa disposição do artigo 68, que já foi explanado e que não está bem  
568 caracterizado aqui. E temos que nos ater que o Conselho, como já foi dito  
569 anteriormente, ele deve se pautar também pela legalidade e disposições  
570 legais. Então não pode, embora sejam soberanas as suas decisões,  
571 apresentar entendimentos que vão ao contrário do que dispõe a própria  
572 norma, a própria lei.” Conselheiro Carlos Eduardo: “Queria só entender qual  
573 que foi o método de cálculo da multa, por favor.” Sônia, advogada da  
574 Supram: “O valor da multa ela já vem no decreto, já vem a classificação pelo  
575 porte e a gravidade da multa, da infração, tá? Gravíssima, é classificado  
576 como leve, grave, gravíssima. No caso aqui com degradação é uma infração  
577 gravíssima, não é? E a classe, o porte do empreendimento, tá? Então, por  
578 isso, ele já vem, já vem descrito para a gente, decifrado. Isso aqui ainda, na  
579 hora da cobrança tem a atualização monetária, tá? Na verdade, gente, o  
580 valor da multa a gente trata como ato vinculado, de acordo com o que a lei  
581 determina, se ele é, se a infração é gravíssima e se o porte dele é X, está  
582 vinculado àquilo, não tem como a gente usar da discricionariedade para  
583 mudar, não. Quanto... Parece que teve um questionamento também, a  
584 respeito da competência do COPAM com esses autos de infração, é porque  
585 agora o que for recurso, ainda que a classe seja menor, seja classe três,  
586 classe dois, mas o que tratar de recurso, primeiro defesa, é analisado  
587 monocraticamente. Mas o que tratar de recurso é do Conselho, tá?”  
588 Conselheiro Carlos Eduardo: “Sim, eu entendi. O meu posicionamento é com  
589 relação à questão como um todo, a gestão disso, entende? O governo trata a  
590 gente para licenciar, nós não somos competentes, mas na hora que precisa  
591 nós estamos aqui. Ou nós somos competentes ou não, ou nós participamos  
592 da gestão ambiental e somos efetivamente um órgão que pode participar da  
593 gestão ambiental do estado de Minas Gerais e região do Alto São Francisco,  
594 ou fica esquisito. Porque a gente vem aqui, recebe um espaço para dois em  
595 dois meses, já, agora isso aqui vai, não, isso aqui não. Como é que isso  
596 funciona? Então o governo está deixando a gente numa situação muito ruim,

597 muito vazio e muito ruim. Tá? Não tem nada contra, vou ressaltar isso aqui,  
598 que o meu posicionamento não é contra os funcionários, a Supram, é que  
599 quem está gerindo isso é que não sabe o que está fazendo.” Conselheiro  
600 Roger Alexandre Nogueira Gontijo: “Só auxiliando, esclarecendo o  
601 Conselheiro, além da questão do tipo da infração, o porte do  
602 empreendimento, tem a questão das atenuantes e agravantes e dos  
603 antecedentes do infrator também que podem ser levado em consideração no  
604 momento do cálculo do valor das multas.” Conselheiro Edélcio José Cançado  
605 Ferreira: “Eu queria saber se o senhor vai colocar a minha proposição da  
606 aplicação da atenuante em votação.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:  
607 “Eu vou te responder com muita clareza. A minha área é engenharia e sou  
608 pouco conhecedor do direito. Na insistência do Conselheiro em colocar uma  
609 atenuante que eu não tenho segurança jurídica para fazê-lo, em votação, eu,  
610 e respeitando o parecer jurídico da Supram, eu ia colocar o processo em  
611 votação. Mas como existe a sua proposta de atenuante, eu, como  
612 presidente, não tenho segurança para colocar essa atenuante em votação,  
613 porque não sei se a minha competência vai até aí, e a competência do  
614 Conselho. Portanto, se não tivermos um esclarecimento maior sobre a  
615 questão, juridicamente falando, eu vou baixar o processo em diligência para  
616 que isso seja esclarecido e volte para a pauta da próxima reunião.”  
617 Conselheiro Edélcio José Cançado Ferreira: “A minha sugestão, que eu  
618 acredito que o Conselheiro tenha essa faculdade de sugerir a aplicação de  
619 penalidade diferente, a minha aplicação, a minha sugestão era que fosse  
620 colocado em votação o indeferimento com a aplicação da redução dos 30%  
621 da atenuante. Porque eu sou favorável ao indeferimento, mas eu sou  
622 favorável também à aplicação da atenuante. Porque eu entendo que o  
623 problema foi sanado, não interessa para o meio ambiente não é a  
624 arrecadação em si, interessa é que a ação corretora tenha sido feita no  
625 momento próprio, e que não persista lá. Então a minha proposição de voto  
626 ao Conselho é: indeferimento com redução de 30% nos termos da  
627 legislação.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Alguém da Supram quer  
628 fazer um esclarecimento com relação à competência do Conselho em  
629 deliberar sobre a atenuante de multa? Só um instante.” Sônia, NAI: “Salvo  
630 melhor juízo, que está aí nosso promotor, está o assessor aí, eu entendo que  
631 atenuante pode ser colocada em votação, uma atenuante pode ser colocada  
632 em votação, não é? Porque nós podemos colocar no processo de  
633 licenciamento, pode colocar se quiser alterar. A questão é o fundamento para  
634 votar favorável à atenuante, é isso que eu acho sério. Colocar em votação,  
635 sim, mas qual o fundamento, se tem, para atenuar, para falar que ele  
636 preencheu os requisitos.” Conselheiro Átila Alves e Costa: “Só um minutinho,  
637 o Conselho não é deliberativo?” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Sim.”  
638 Sônia, NAI: “Também, né? Com todo respeito ao Doutor Leandro, que pode  
639 manifestar sobre isso, eu entendo que a deliberação não quer dizer um auto

640 sem fundamento. A deliberação sim, mas é preciso ter fundamento para  
641 deliberar.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Isso que eu ia colocar,  
642 Conselheiro, deliberativo dentro do que cabe as competências do Conselho.  
643 Nós não podemos deliberar nada aqui que não tenha arrimo jurídico, né?  
644 Fundamental legal, como a própria Doutora Sônia falou. Eu não tenho  
645 conhecimento se o Conselho não tinha, parece que ela está esclarecendo se  
646 o Conselho tem a autonomia e a competência para reduzir valores de multa.  
647 Ela falou que sim, parece que agora a gente pode colocar a atenuante, que é  
648 a proposta do Conselho Edécio, em votação, mesmo sabendo que o  
649 processo está pelo indeferimento, inclusive por ele, colocação dele foi muito  
650 clara. Ele é favorável ao indeferimento, porém pede uma atenuante do valor  
651 da multa. Isso que está claro para mim.” Conselheiro Átila Alves e Costa:  
652 “Mas eu observo o seguinte, se nós tivéssemos votado o processo de  
653 Formiga mesmo sendo área de mata atlântica, que é proibido pela  
654 legislação, a gente tivesse aprovado aqui teria sido aprovado. Qual a  
655 diferença com relação à multa?” Conselheiro Leandro Willi: “Acho que a  
656 questão aqui está muito clara, né? Foi muito bem exposta pela Doutora Sonia,  
657 a discussão também já até se estendeu, o Conselheiro Edécio trouxe uma  
658 consideração com relação à redução de multa, citou um dispositivo legal,  
659 pertinente ou não vai caber ao Conselho analisar. Então acredito que dá para  
660 colocar em votação, Presidente, né? Embora eu acredito que fazendo  
661 referência a esse dispositivo que, conforme a Doutora Sonia falou, não há  
662 pertinência, não se enquadra no dispositivo que trouxe (trecho  
663 incompreensível) então fazendo coro aí à Doutora Sonia, acho que nada  
664 impede que o Conselho delibere sobre a (trecho incompreensível). E  
665 posteriormente avalie a procedência aí do recurso do empreendedor. Então  
666 acredito que não vejo nenhum problema. Já estendemos bem a discussão e  
667 a questão me parece muito bem clara.” Márcio, Supram/ASF: “O decreto, o  
668 novo decreto 2016 que regula o COPAM, de fato ele prevê que aqui é a  
669 instituição competente para poder deliberar sobre questão de penalidade  
670 ambiental, infrações ambientais. Não vejo, talvez problema, para deliberar na  
671 questão que o Edécio colocou em pauta. Porém, é como disse a Doutora  
672 Sonia, né? Também não vejo subsídio legal, suficiente, para poder avaliar se  
673 foi ocorrida ou não atenuante. Na verdade eu vejo mais questões de retirar  
674 atenuante do que sustentá-la. Mas não há impeditiva para colocar em  
675 votação pelos Conselheiros.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Alguém  
676 mais fazer uso da palavra? Não? Bom, agora parece que ficou claro e se é  
677 discricionariedade do Conselho, portanto é da minha competência colocar  
678 então a proposta do Conselheiro Edécio em votação. Que trata-se da  
679 atenuante de 30% do valor da multa devida pelo empreendedor. Eu queria  
680 também, antes de colocar em votação, agradecer a contribuição do jurídico  
681 da Supram e também do Ministério Público através do Doutor Leandro para  
682 que a gente sanasse, pulássemos esse degrau. Então está em votação,



683 gente, a atenuante dos 30% primeiro, para depois a gente votar o  
684 indeferimento. Primeiro então está em votação a proposta do Conselheiro  
685 Edélcio de reduzir a multa em 30% do seu valor aplicado. Os que concordam  
686 com o Conselheiro Edélcio permaneçam como estão, os contrários devem se  
687 manifestar.” Conselheiro Clever Greco: “Só pedir, considerar o meu  
688 impedimento.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Ah tá, fazemos constar  
689 em ata, com certeza. Faz favor, quem é contrário a reduzir a multa levanta a  
690 mão. Oito favoráveis e sete contrários? Oito favoráveis e sete contrário?  
691 Então vamos repetir, então. Os que concordam com a proposta do  
692 Conselheiro Edélcio em reduzir a multa no seu valor de 30% levante a mão,  
693 por favor. Oito, correto? Todo mundo concorda que foi oito a sete? Então tá.  
694 Então a multa será reduzida no valor, no seu valor em 30%. Agora nós  
695 vamos votar o processo com o parecer da Supram. O técnico jurídico é pelo  
696 indeferimento, né? Do recurso. Então o recurso agora está em votação,  
697 porque nós já cessamos o tempo de discussão. Está em votação então o  
698 recurso, deixando claro que a Supram é pelo indeferimento do recurso. Os  
699 que concordam com o indeferimento do recurso pela Supram permaneçam  
700 como estão, os contrários deve se manifestar. Todos concordam com o  
701 indeferimento proposto pela Supram, com uma abstenção do Conselheiro do  
702 CODEMA, impedimento do Conselheiro do CODEMA, então o processo está  
703 aprovado. Indeferido com a redução de 30% do seu valor, da multa.  
704 Passamos então para o próximo ponto de pauta, que é o sete. Pois não?”  
705 Sonia, NAI: “É só questão técnica jurídica mesmo. Nesse caso, o resultado  
706 então será um deferimento parcial do recurso, porque ele pede a atenuante  
707 no recurso. Nós pautamos pelo indeferimento, não é? Se deu ele com  
708 atenuante, é um deferimento parcial o resultado. Que conste isso então, que  
709 o Conselho pautou pelo deferimento parcial do recurso.” Presidente José  
710 Oswaldo Furlanetto: “Correto. Obrigado, Doutora Sonia, pela contribuição.  
711 Nós vamos então para o item 7. Eu queria só falar para o Conselheiro que as  
712 suas colocações com relação ao funcionamento, à gestão do meio ambiente  
713 no estado e nas regiões, São Francisco, propriamente dito, são regidas por  
714 legislação estadual, é claro que ela foi alterada, nós sabemos disso, pela lei  
715 21.972, onde tirou do COPAM os empreendimentos de classe 3 e 4 e levou  
716 para as câmaras técnicas de Belo Horizonte, constituídos os itens os de  
717 classe 5 e 6, 3 e 4 Supram, tirou do COPAM, eu errei a colocação?  
718 Desculpa, ficou para a competência e discricionariedade das  
719 superintendências o 3 e 4, 1, 2, 3, 4, e 5 e 6 foram para as câmaras técnicas  
720 de Belo Horizonte. O COPAM, quando da sua criação, tinha o propósito de  
721 criar, construir, estudar política ambiental estadual e brasileira. Ela, ele tem  
722 por força da sua criação a continuidade da criação e políticas públicas e  
723 correção de rumos, sim. Quando você coloca que os técnicos da Supram são  
724 competentes e o jurídico também, que trabalham com dificuldades, e eu sei  
725 disso, porque eu faço parte do corpo. Concordo com a sua colocação, todos

726 trabalham sim com afinco e com dedicação. Independente das dificuldades,  
727 como você colocou, e que a gerência, talvez, estivesse em rumos errados.  
728 Cabe, Conselheiro, a você e a qualquer um de nós, propormos alterações  
729 nesta gestão. E o que for de competência do Conselho será alterado sim, se  
730 a maioria entender da mesma forma. Senão, nós podemos levar, sim, para o  
731 estado, para a Secretaria de Estado, propostas das Supram's regionais.  
732 Propostas estas que estão acontecendo, estão aparecendo. É importante a  
733 sua contribuição nesse caso. A Supram Sul de Minas, por exemplo, já levou  
734 duas propostas para serem estudadas pelo Secretário de Estado e assim  
735 estudar e depois trazer de volta para que sejam deliberadas em todas as  
736 Supram's se o rumo deve ser alterado ou não. Então, só para deixar claro, o  
737 COPAM tem sim competência, não para analisar processo e aprovar, tem  
738 competência para questionar as aprovações feitas pelos técnicos e pelos  
739 jurídicos e pelos superintendentes, de classe 3 e 4. Por exemplo, um  
740 empreendimento que, na visão de um Conselheiro, está equivocada a  
741 aprovação, a liberação, qualquer cidadão e principalmente membros do  
742 COPAM, Conselheiro, não podem, não. Devem questionar em defesa do  
743 meio ambiente e do desenvolvimento sustentável do nosso estado. Então, só  
744 para tentar contribuir e agradecer as suas colocações, que sei que são  
745 críticas construtivas.” Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “E são  
746 mesmo. Eu entendo isso perfeitamente tudo que você falou aí. A que, estão  
747 para mim, é que, por exemplo, qualquer um Conselheiro ou qualquer um  
748 pode opinar sobre um classe 3 que não veio aqui, o difícil é eu saber desse  
749 classe 3, eu sabia dele aqui. Então, a e sugestões a gente tem muitas, na  
750 verdade, a gente tem dificuldade de encaminhar, às vezes. Agora eu já faço  
751 parte até de outras câmaras, eu estou começando a conseguir colocar mais  
752 coisas e sim, nós estamos sempre abertos, nós temos discussões muito  
753 sérias sobre algumas, até algumas ações que a própria ONG que eu trabalho  
754 fazem, que a gente queria discutir isso com o governo do estado. Ainda não  
755 tivemos muita abertura, entende? E quando eu falo da gerência, por isso que  
756 eu fiz questão de frisar várias vezes, é a gerência lá do governo do estado.  
757 Eu tenho certeza que se eu chegar hoje, ainda não conheço o novo  
758 superintendente, mas eu tenho certeza que a porta vai estar aberta, pelo  
759 menos sempre esteve, pelo menos sempre esteve, sabe? Não conheço  
760 ainda, mas pelo menos sempre esteve. Então essa, a gente quer fazer  
761 chegar mesmo, porque a gente sobre com isso cá embaixo, e esse, eu  
762 chamei de esvaziamento porque é de verdade, eu entendo isso, e  
763 manifestarei em qualquer processo, até classe dois, se eu achasse que  
764 estava errado, o difícil é eu saber que ele existe. Porque na verdade a gente  
765 não tem como ficar acompanhando um a um, a um. Pelo menos as reuniões  
766 do COPAM balizavam isso e colocavam aqui para a gente, eu podia não falar  
767 nada no processo ou podia falar: opa. Ou podia ter ouvido alguém, porque,  
768 por exemplo, a gente atua em comarca da cidade X que me ligou porque

769 sabe que eu sou representante, fala: ‘Olha, tem o processo lá.’, eu já fiz isso  
770 diversas vezes aqui. Então isso realmente provê, na minha visão, um  
771 esvaziamento, mas é no sentido de contribuir mesmo. E o pé na porta  
772 quando eu falo que está sendo um desastre é porque essa gestão, na minha  
773 visão, está sendo um desastre, sem partidarismo.” Conselheiro Edécio José  
774 Cançado Ferreira: “Senhor Presidente, gostaria de um minuto só do senhor.  
775 É mais dirigido ao Doutor Leandro Willi e à nossa equipe da Supram. Numa  
776 das últimas reuniões que nós tivemos aqui com a participação do  
777 Conselheiro Francisco Generoso, eu levantei aqui uma questão, não sei se o  
778 José Hermano estava aqui na época, sobre o problema de água no Rio São  
779 Francisco, especialmente as lagoas marginais. Que hoje a maioria delas não  
780 tem aquela troca de água com o rio, na cheia o rio joga água na lagoa, na  
781 baixa a lagoa vai reabastecendo o rio. Isso está acontecendo pelo  
782 assoreamento das lagoas, pela obstrução das artérias que são os cursos  
783 d’água que ligam as lagoas aos rios. O Lessandro Gabriel que é uma pessoa  
784 que conhece muito a nossa área aqui do Alto São Francisco compartilhou e  
785 compactuou com todo o meu posicionamento. Doutor Francisco, na época,  
786 manifestou a total concordância achando que nós deveríamos tomar uma  
787 providência quanto a isso. Isso fiou de ser levado à Supram para estudar a  
788 possibilidade de ter uma parceria do governo do estado, o Ministério Público,  
789 iniciativa privada, tá? Para que a gente tomasse essa providência. E eu trago  
790 esse assunto aqui agora porque eu nasci e fui criado na beira do Rio São  
791 Francisco. A situação do São Francisco hoje, estou falando pelo que eu  
792 conheço, a situação do São Francisco hoje ali no município de Moema,  
793 Lagoa da Prata, ela é gravíssima. Nós estamos hoje vivendo o final de seca,  
794 e nós estamos no final do período das águas. Hoje nós estamos vivendo o  
795 final de seca, as lagoas do Rio São Francisco, aquelas lagoas que são  
796 alimentadas por água de enchente do rio, não existem mais, tá? As lagoas  
797 existentes, aquelas que são perenes, que estão com o espelho d’água  
798 extremamente reduzido e o rio, se continuar do jeito que está, eu estava  
799 brincando com o Tenente Luciano, que também conhece muito a região, que  
800 o rio daqui a pouco para um peixe maior nadar lá ele vai ter que pedir água  
801 emprestada, vai ter que buscar um galão de água mineral para ele, porque  
802 está caótico. Eu estive no Rio Pará sábado passado, vocês que são da bacia  
803 do Pará, ali na ponte de Pitangui para Martinho Campos, eu fiquei  
804 impressionado. O rio na margem dele até mais ou menos uns cinco metros  
805 para dentro, você anda com a água no joelho. Se continuar do jeito que está  
806 sem a gente tomar uma providência, esse ano está perdido, mas se não  
807 tomarmos uma providência, o Rio Pará, esse ano, aquelas pedras do fundo  
808 dele vão estar todas aparecendo, tá? Vai ficar um canal. O Lambari vai virar  
809 um córrego do jeito que está. Está com pouca água, é preocupante, e as  
810 lagoas não, as lagoas estão sendo assoreadas, as lagoas estão sendo  
811 tomadas pelo junco, tá? Não podemos fazer nada, porque se fizermos o

812 tenente aqui cumprindo a obrigação dele vai lá nos punir. Porque, e se a  
813 gente for pedir uma outorga é quatro anos para fazer. Agora eu, produtor  
814 rural, não dou conta de colocar uma draga para dragar uma lagoa igual eu  
815 tenho lá, quase 100 hectares que dividem seis, oito fazendas em volta dela.  
816 Nós temos que ter uma ação conjugada que são N lagoas aqui que  
817 acompanham o São Francisco que todas estão enfrentando o mesmo  
818 problema. Então, Doutor Leandro, peço ao senhor que tenha um poder de  
819 convencimento maior junto ao órgão, conte com a nossa colaboração naquilo  
820 que for possível a FAEMG é parceira, tá? Nós queremos água, nós  
821 queremos um meio ambiente saudável, e a primeira coisa par ao meio  
822 ambiente saudável é água, gente, sem água não se vive. Você vive sem  
823 comida, mas não vive sem beber uma água não, tá? Então peço ao senhor  
824 que, e isso já tinha sido levado ao meu amigo Chico Generoso, lê concordou  
825 plenamente, disse que ia tomar providência. E peço a esse Conselho que na  
826 medida do possível, do conhecimento que tem, que também mobilize para  
827 que a gente convença o governo do estado a tomar medida nesse sentido. É  
828 preocupante a situação.” Conselheiro José Hermano Oliveira Franco: “Vou  
829 fazer coro total a você até porque há pouco tempo atrás eu fui convidado a  
830 integrar um grupo pequeno, informal, não é nem uma ONG formal, ainda  
831 chama Carta de Morrinhos, com algumas pessoas ligadas à proteção do Rio  
832 São Francisco. Até o Apolo Eringer do Manoelzão foi ele que me convidou  
833 para esse grupo. E as lagoas marginais são um caso dramático ao longo do  
834 São Francisco inteiro, e ele está morrendo a partir do alto, o São Francisco  
835 está totalmente, o descaso com o São Francisco está gigantesco. Aqui no  
836 Alto São Francisco então a gente está enfrentando uma situação dramática.  
837 E a gente, com o governo a gente não teve abertura nenhuma, mas a gente  
838 conseguiu, pelo menos depois de Três Marias, convencemos a CEMIG, ela  
839 vai fazendo os pulsos de cheias, ela vai abrindo as comportas, então ela vai  
840 tentar encher as lagoas marginais durante o, quando chover, não é, Edécio?  
841 Ela vai só tentar concatenar porque ela já abre as comportas normalmente,  
842 então a CEMIG achou a ideia bacana porque ela não vai mudar a operação,  
843 ela vai mudar tempo de operação. Em vez dela abrir naquelas datas  
844 previstas sem sentido, era só simplesmente por ela, agora ela vai tentar ver  
845 nos pulsos de cheia. Pelo menos depois de Três Marias vai tentar encher as  
846 lagoas marginais, mas persiste o problema que o Edécio falou, se quiser  
847 limpar não pode. Quer dizer pode, às vezes demora demais e fica  
848 complicado. Isso podia ser desburocratizado, isso podia ser mais simples,  
849 isso podia ser mais regional. Essa é uma das sugestões que eu faço coro  
850 total com o Edécio.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Eu acho  
851 que isso tinha que ser um programa de governo, isso afeta a todos, isso é  
852 um programa de governo, isso não é uma iniciativa individual não, de eu  
853 pedir uma outorga para fazer um pequeno serviço, isso é uma iniciativa para  
854 a gente trabalhar a todo custo no Rio São Francisco, especialmente na

855 nascente até Três Marias. Porque Três Marias do jeito que está nós não  
856 vamos ver ela cheia mais nunca.” Conselheiro Clever Greco: “Eu queria fazer  
857 uma observação aqui, só um minutinho. Hein, Edélcio, uma pequena  
858 observação, mas no nosso novo código florestal, o desassoreamento e  
859 limpeza de lagos e lagos é de interesse ambiental, público e social. As  
860 licenças e os pedidos de outorga, que a gente sabe disso, outorga está  
861 demorando é três, quatro anos mesmo, mas tudo que se faz para conservar  
862 a água, desassoreamento, precisamos trabalhar um pouco mais lá, não  
863 estou lembrando aqui o artigo da 2922, do Novo Código Florestal, é interesse  
864 ambiental. Precisamos, às vezes, usar disso e trabalhar para como agilizar,  
865 como que nós produtores rurais poderíamos estar trabalhando, contribuindo  
866 para armazenar e guardar mais água, sem enfrentar a burocracia da outorga,  
867 sem enfrentar a burocracia enorme que seria da autorização de intervenção  
868 na lagoa. A gente já sabe que os emergenciais nos ajudariam muito, mas  
869 nem sempre se caracteriza como emergencial. Obrigado.” Conselheiro José  
870 Hermano Oliveira Franco: “Até porque isso tem um nome bonitinho, isso é  
871 enfrentamento de mudança climática. Porque na verdade, quando você  
872 começa a desassorear, quando você começa a fazer barraginha, curva de  
873 nível e etc., etc. você está fazendo papel da chuva lenta, porque a chuva  
874 bate e passa, o pouquinho que tiver, se você começar a reter você vai infiltrar  
875 mais, você vai melhorar tudo. Isso é um interesse ambiental total de  
876 enfrentamento de mudança climática, não vai chover do mesmo jeito, nós  
877 temos que mudar nossa forma de lidar com tudo, nós temos que guardar,  
878 temos que ter medidas disso. Isso tem que ser, eu concordo totalmente com  
879 o Edélcio, em que ser um governo de estado. É aonde eu falo que é a gestão  
880 de cima, nós estamos perdidos é de cima para baixo”. Conselheiro Edélcio  
881 José Cançado Ferreira: “Quando eu disse que a outorga demora três, quatro  
882 anos, não é uma crítica ao nosso órgão aqui e aos órgãos gestores aqui na  
883 base não, porque nós sabemos perfeitamente da carência funcional que  
884 esses órgãos têm, tá? Então os caras não fazem mágica, para analisar um  
885 processo com cuidado, com o cuidado que a gente sabe que eles têm,  
886 demanda tempo, então tem que ter gente. E a quantidade de processo que  
887 está entrando ali eu tenho certeza que é um negócio cada dia maior, porque  
888 hoje todo mundo quer poço artesiano, quer isso, quer aquilo, porque não tem  
889 água mais, as águas acabaram. Eu tenho uma fazenda que é cama d'água,  
890 vai lá hoje para ver se, o tenente conhece a minha fazenda, essa época era  
891 para ter lagoa para todo lado. Hoje você anda de trator nela é capaz de  
892 entrar até dentro do rio de trator, se quiser, porque o rio do jeito que ele está  
893 pode andar até trator dentro do rio”. Conselheiro Leandro Willi: “Conselheiros  
894 Edélcio, José Hermano, eu vou fazer uma sugestão, que nós criemos um  
895 grupo paralelo ao COPAM para não virar fora de discussão, senão a gente  
896 vai ficar só debatendo a questão e medidas efetivas nós não vamos tomar.  
897 Criemos um grupo paralelo, porque nossos encontros aqui são mensais, às

898 vezes é bimestrais, então isso vai complicar se nós utilizarmos o próprio  
899 Conselho para isso, não é? Marcaríamos aí encontros, pode ser na  
900 coordenadoria, um grupo bastante heterogêneo para discutirmos medidas  
901 efetivas, não é? Cronograma de ação, o quê que nós vamos fazer para  
902 resolver o problema? Senão nós sabemos, identificamos, relatamos, mas  
903 medidas efetivas nenhuma, não é? Então, exato, pois é. E se vocês me  
904 derem a liberdade eu crio, envio um convite para todos os Conselheiros, nós  
905 fazemos um primeiro encontro, relatamos em ata e aí começamos a discutir  
906 questões e medidas efetivas para enfrentar verdadeiramente o problema. Se  
907 for o caso, e aí com participação de todo mundo. Acho que a gente tem  
908 muito a evoluir com isso, todos podem contribuir e vamos escancarar as  
909 portas lá para que a gente possa discutir isso verdadeiramente de forma  
910 efetiva.” Conselheiro Edécio José Cançado Ferreira: “Concordo plenamente  
911 com o que o senhor colocou, acho que nós temos que começar a correr para  
912 qualquer lado, nós não podemos ficar parado porque o bicho está pegando,  
913 está mordendo o nosso calcanhar. Eu gostaria só que se o senhor na hora  
914 que fosse fazer esses convites, duas pessoas que eu pediria que o senhor  
915 não deixasse fora, o meu Lessandro Gabriel, que tem um comprometimento  
916 muito grande com o Rio São Francisco, conhece a situação, é muito  
917 dedicado a esse, à essa bacia. E o outro o professor Anaximandro, que  
918 também é muito conhecedor da bacia, é uma pessoa de uma lucidez muito  
919 grande, tá? Não estou criticando ninguém aqui não, tá? Todo mundo aqui eu  
920 acho que tem colaboração a dar. Mas são pessoas que conviveram com a  
921 gente aqui, que conviveram no comitê de bacia do Rio São Francisco, que  
922 conhece os problemas do Rio São Francisco, tá? Então teriam muito a  
923 colaborar conosco, tá? E vamos estender isso aqui, não é só a nós  
924 Conselheiros não, a pessoas interessadas. Eu acho que a comunidade  
925 inteira, se consultada, vai estar favorável à gente pleitear medidas. Que eu  
926 estou andando muito preocupado aí com o dinheiro desperdiçado e que a  
927 gente podia estar fazendo coisa boa demais, nossa senhora do céu.”  
928 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Bom, gente, concordo plenamente  
929 com as colocações dos Conselheiros aqui, a questão da falta de água e da  
930 depredação principalmente das matas ciliares, do assoreamento dos nossos  
931 rios. Não é particularidade daqui, lá no sul de Minas nós temos problemas  
932 também já com o Rio Verde, o Rio Machado, o Sapucaí. Então o sudeste  
933 parece que está caminhando para ser o nordeste do futuro, não é? Nós  
934 estamos sim com um problema sério. E parabênzo aqui o Ministério Público  
935 através do Doutor Leandro, de ter essa iniciativa de cumprir o dever de  
936 cidadão e buscar caminhos, buscar propostas. E eu tenho certeza que o  
937 Hidelbrando não está presente, mas tenho certeza que ele vai poder  
938 contribuir e estar junto de vocês para se construir um documento e que  
939 nesse documento contenha coisas factíveis, projetos que possam dar certo,  
940 que tenham viabilidade. Porque falta de vontade do governo também não é,

941 porque quando nós assumimos a, estou falando nós aí o meu caso em  
942 especial, quando assumi a superintendência, nós tínhamos uma Supram no  
943 Sul de Minas que funcionava bem, não existe, assim, uma crítica direta. Mas  
944 ela faltava, ela carecia de infraestrutura, de equipamento de TI, e de frota, e  
945 também de liberação de diárias para os técnicos analistas e os jurídicos,  
946 todos poderem estar viajando e fazendo as vistorias necessárias para todos  
947 os empreendimentos. Isso o governo conseguiu sanar, com a frota nova que  
948 está aí do ano passado, disponível, com seguro, não falta combustível, os  
949 carros todos com GPS, todos completos. Esse era um problema que hoje é  
950 menor, ou já não existe mais. Pelo menos no sul nós não temos problema  
951 com frota, e não temos problemas com diárias. Agora, existem problemas?  
952 Tenho certeza que sim, por isso que eu concordo com as suas colocações,  
953 problema de gestão maior, as alterações da legislação também. Mas eu  
954 tenho uma notícia para vocês, se não é do conhecimento, o IGAM ele está  
955 puxando para si toda a questão da agenda azul, não é, que deve ser  
956 publicado um decreto agora entre, no final de abril ou maio. Eu tive uma  
957 reunião de superintendia lá com o secretário adjunto, Doutor Germano Vieira,  
958 e com a Fátima, que é a diretoria geral do IGAM, eles estão puxando todos  
959 os processos de outorga, que é o maior passivo do estado. Nós temos, para  
960 vocês terem uma ideia, 17 mil processos no estado de Minas Gerais, de  
961 Outorga, solteiras e vinculadas ao processo de licenciamento. No sul de  
962 Minas, porque que eu coloquei que o sul de Minas já funcionava bem e eu  
963 procurei não atrapalhar depois que eu assumi? Ainda funciona, nós temos  
964 uma produtividade muito boa lá no sul de Minas e é publicitado, vocês  
965 podem procurar saber. Nós temos 900 outorgas, é um passivo grande de  
966 2014 para cá. A porta de entrada, aí eu quero concordar com o Edécio, a  
967 porta de entrada de processos é maior do que a porta de saída, não existe  
968 forma mágica para se baixar passivo sem servidor público, sem analista, sem  
969 técnico para estar analisando com tranquilidade e com seriedade esse  
970 processo, falta servidor público. Minimizou um pouquinho o problema,  
971 minimizou, porque foram nomeados vários técnicos em 2016, 15, 16, 16, não  
972 é? Alguns analistas e jurídicos. Melhorou o corpo aí um pouquinho, mas é  
973 muito pequeno para um tamanho de região que a Supram ainda assume, nós  
974 lá temos 170 municípios, 170 municípios. Aqui eu não tenho certeza, mas  
975 são quarenta e pouco? 60? 60 municípios. Então um grupo técnico limitado,  
976 jurídico também, abarcar 66 município para tratar da questão ambiental que  
977 não é outorga, é outorga, é licenciamento, é agenda verde, não é? Então nós  
978 temos um quadro reduzido sim, o governo deve investir mais, gastar mais  
979 com o meio ambiente isso eu tenho certeza. Então eu quero cumprimentar e  
980 agradecer a contribuição de vocês porque nós estamos dentro do estado,  
981 vamos o problema, e devemos concordar com vocês, senão seria hipocrisia  
982 aqui falar que está tudo bem, que isso é uma mentira. Mas nós estamos  
983 caminhando devagar, eu acho, para melhorias, e a contribuição dos

984 Conselheiros, da sociedade civil, ela é muito bem vinda sim, com certeza.  
985 Então eu quero aqui fazer uma *mea culpa* e contribuir também com a fala de  
986 todos. Antes de terminar a reunião ou de partir para o próximo item, eu quero  
987 passar a palavra para o José Jorge, que é servidor do IGAM, porque ele quer  
988 fazer umas considerações, depois você faz. Fica à vontade, Jorge.” José  
989 Jorge, IGAM: “Bom dia a todos. Eu estou aqui basicamente para também  
990 assumir uma *mea culpa* relativo a todo esse processo relativo a recursos  
991 hídricos. E dizer que nós realmente estamos trabalhando em um sistema que  
992 reduz esse passivo, não é. Esse sistema tem que ser um sistema que não  
993 demande tanto analista, que o próprio sistema ele possa reduzir bastante  
994 esse quantitativo e chagar ao analista de fato aquelas processos que  
995 demandem uma análise mais particular, de fato, não é? Primeira coisa é  
996 isso. Esse fórum que o promotor acabou de falar, isso já existe no estado de  
997 Minas Gerais e em boa parte do Brasil, não é? São os comitês de bacia que  
998 tem participação de todos os entes da sociedade, não é? Tanto poder  
999 público, instituições de forma geral, não é? ONGs e tudo mais. E este é o  
1000 momento que foi alterado, cada vigência de cada processo de gestão, que  
1001 está agora aliado ao período de vigência dos mandatos municipais, para não  
1002 ter as alterações de Conselheiros durante a vigência de um mandato de um  
1003 determinado prefeito, não é? E agora é o momento da gente indicar os  
1004 representantes de cada segmento para essas eleições. Na bacia do Pará  
1005 ainda não está determinado o prazo para se fazer isso, mas em outras  
1006 bacias, como tem gente que participa, que está no SFI aqui, o prazo é dia  
1007 03/06. Então para as pessoas se inscreverem está nesse prazo. E o  
1008 problema hídrico é um problema realmente que nós estamos enfrentando de  
1009 forma bastante acentuada, não é? Principalmente na região Sudeste.  
1010 Realmente as precipitações nesses últimos anos foram muito reduzidas. O  
1011 ano passado numa época dessa nós tínhamos, até o momento, cerca de  
1012 1.000 milímetros precipitados, não é? Durante o ano de 2016. Esse ano nós  
1013 não temos, raras exceções em municípios na região Sudeste, mais do que  
1014 400 milímetros. E nós já vínhamos de um déficit hídrico de mais ou menos  
1015 1.200 milímetros nesses três anos passados. Então a situação nossa é  
1016 realmente crítica, então se nós não fizemos alguma coisa para melhorar a  
1017 contenção de água aonde ela é precipitada, esse problema tende cada vez a  
1018 agravar. Então eu acho que a participação de todo mundo é importante, não  
1019 é? Todo mundo precisa de água, não é, e temos que usar de forma o mais  
1020 racional possível, reutilizar, dar um jeito. Águas residuais, não é? Não  
1021 chamar mais de efluente, mas em águas realmente residuais que nós  
1022 podemos utilizar, e fomentar isso aí. E o comitê de bacia é o lugar para a  
1023 gente fazer isso, nós temos N câmaras técnicas que podem propor e podem  
1024 levar isso, não é? Porque tem representatividade, não é?” Conselheiro José  
1025 Hermano Oliveira Franco: “José Jorge, bom te ver de novo aqui. Até, na  
1026 verdade, eu ia fazer um comentário engraçado que você estava presente



1027 com a então diretora do IGAM há uns dois anos atrás na audiência pública lá  
1028 em Pará de Minas. Que é essa questão que você falou do funcionário, eu  
1029 brinquei com ela na audiência pública lá e falei com ela, falei: 'Olha, os  
1030 funcionários são bons, o problema é que se você pegar todos os funcionários  
1031 do IGAM e pôr dentro de uma Kombi vocês não vai atender aos 853  
1032 municípios, essa carência tem que ser suprida em algum momento mesmo.'"  
1033 Conselheiro Carlos Eduardo: "Só um comentário que eu acho pertinente em  
1034 relação a isso, e um momento para a gente começar a refletir também, que  
1035 no ponto que você tem um baixo volume de funcionários, até muito  
1036 capacitados e muito competentes do órgão público, no outro lado você tem  
1037 uma enorme quantidade de empresas de consultorias capacitadas para  
1038 darem esse tipo de andamento e análise de processo. Então a gente tem  
1039 levado muito isso ao estado sobre a possibilidade da gente resgatar os ART's  
1040 para que eles comecem a fazer pareceres e diminuam a demanda sobre o  
1041 estado. Porque vai ser difícil da gente conseguir carregar o estado com tanta  
1042 gente. Então para a gente começar a pensar um pouco fora da caixa e ao  
1043 invés de ficar esperando, esperando, esperando que o estado contrate mais,  
1044 e a gente sabe que isso dificilmente vai acontecer, o estado tem uma  
1045 situação financeira muito difícil, não é uma particularidade de Minas Gerais, é  
1046 quase que do estado, do Brasil como um todo. Então se não é a hora da  
1047 gente começar a privilegiar a nossas empresas de consultorias muito  
1048 capacitadas e tem várias no Brasil inteiro, muito boas, em Minas Gerais não  
1049 é diferente. Para que essas empresas comecem a emitir pareceres e a gente  
1050 confie nos pareceres, nos ARTs que são deles e o estado passe a fazer um  
1051 papel mais de fiscalização do que efetivamente só de controle, ele sendo  
1052 fiscal também. Queria só deixar essa ponderação, obrigado, gente.""  
1053 Presidente José Oswaldo Furlanetto: "Boas palavras, boa contribuição sua.  
1054 Porque outras iniciativas foram tomadas também pelo governo, com relação  
1055 a tentar minimizar e baixar esse passivo. Hoje, depois da DN 213, não sei se  
1056 é de conhecimento de vocês, deve ser, ela vem cumprir a lei complementar  
1057 140, onde deixa os municípios com análise do impacto local. Os municípios,  
1058 lá no sul de Minas, já estão se preparando para assumir os licenciamentos  
1059 de classe, principalmente classe um e dois, e alguns um, dois, três, quatro.  
1060 Os municípios que assumirem, vão dar mais celeridade aos processos com  
1061 certeza, vai mostrar para os empreendedores, para os investidores que ali os  
1062 processos andam mais rápido sim, mas com responsabilidade, não é?  
1063 Sustentabilidade. Nós temos lá quatro municípios já que se propuserem a  
1064 ceder servidores para a Supram, através de convênio, Hidelbrando parece  
1065 que conseguiu isso aqui também, dois ou três servidores, eu não sei, do  
1066 município de Divinópolis mesmo. Estarem prestando serviços na Supram,  
1067 ajudando à Supram e também se capacitando tecnicamente para que num  
1068 futuro próximo trabalhem no município em prol do município, fazendo os  
1069 licenciamentos. Lá nós já temos quatro prefeituras agendadas para tratar

1070 dessa questão, Três Corações, Varginha, Poços de Caldas e Campo Belo,  
1071 Campo Belo não, mentira, Campo do Meio, mentira, Campo Belo é Alto São  
1072 Francisco. Então nós vamos tratar agora nesse mês essa questão com  
1073 esses municípios, eles vão capacitar os seus servidores gratuitamente,  
1074 gratuitamente não, porque eles pagam salários, a folha fica por conta do  
1075 município, mas vão capacitar dentro do órgão competente que trabalha com  
1076 as três agendas, não é? E vão também cedendo servidores, acabar  
1077 ajudando o estado, porque são mais servidores lá dentro trabalhando com as  
1078 equipes, tentando fazer maior fluidez nos processos. Isso foi um  
1079 encaminhamento do governo que creio que vai ajudar bastante. E essa  
1080 questão do IGAM todas as Supram's vão ceder quatro servidores que  
1081 analisam outorga ou que deverão analisar outorga, depois de uma  
1082 capacitação, para baixar o volume e baixar esse passivo porque é  
1083 vergonhoso, Para nós do estado é vergonhoso, imagino para vocês e para  
1084 os empreendedores o sofrimento que é você protocolar um pedido de  
1085 perfuração no poço tubular, passar a época de fazer irrigação, plantar batata,  
1086 colher a batata, vender a batata e o poço não pode ser perfurado porque não  
1087 tem autorização. O quê que acontece, Edécio, você que conhece a  
1088 realidade? A pessoa perfura, depois você só legítima. Então o estado está  
1089 correndo atrás do desenvolvimento, a verdade é essa. E isso é uma coisa  
1090 que eles estão tentando em todas as reuniões que eu participo de gestão,  
1091 minimizar e melhorar. Mas tudo custa dinheiro e algumas alternativas que  
1092 não custam dinheiro, por exemplo, a municipalização é inteligente, se eu  
1093 fosse prefeito de cidade média, principalmente, eu puxava a municipalização  
1094 para a prefeitura, porque dá mais celeridade, a empresa vai ficar satisfeita,  
1095 falar: 'Você que vai licenciar minha obra? É.' Claro que com  
1096 responsabilidade, mas com celeridade, que é a coisa principal, não é? Dar  
1097 celeridade para a coisa fluir, não é? E tem a questão da receita, o  
1098 licenciamento ambiental não é barato, o município acaba arrecadando, não  
1099 é? Uma forma direta e indireta com o empreendimento. Então eu quero pedir  
1100 para que vocês continuem contribuindo mesmo discordando de alguns  
1101 aspectos com relação à gestão, isso é natural, nós vivemos numa  
1102 democracia, nós podemos pensar, devemos pensar e devemos dar palpite  
1103 em tudo sim, desde que respeitando as outras partes." **7. REVISÃO DA  
1104 AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL  
1105 COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO DO COPAM, PARA O ANO DE  
1106 2017. APRESENTAÇÃO: SUPRAM ASF. 8. ENCERRAMENTO.** Presidente  
1107 José Oswaldo Furlanetto: "Mas aí eu quero, antes de terminar, mostrar esse  
1108 quadro das reuniões das URC's, que é o item 7, e perguntar para os  
1109 Conselheiros todos se receberam esse novo, esse novo cronograma aí, esse  
1110 agendamento das URC's, se querem fazer considerações a respeito ou não.  
1111 Creio que não, não é? Porque é do conhecimento e está visível aí, está tudo  
1112 bem claro. A Doutora Sonia quer fazer alguma consideração?" Conselheiro

1113 Edécio José Cançado Ferreira: “Senhor Presidente, o senhor tem que dar  
1114 um desconto para mim, porque 78 anos de idade a gente começa a ter lapso.  
1115 O José Hermano falou aí sobre aquele problema que o senhor falou de  
1116 sugestões nos licenciamentos, que estão a cargo da Supram, eu gostaria de  
1117 ir no mesmo sentido dele, pedir a Supram, por exemplo, mande para os  
1118 Conselheiros daquela área, por exemplo, é um problema de Bom Despacho,  
1119 Moema, uma lagoa que está afeta ali à região, mande para a gente uma  
1120 cópia do parecer técnico que aí a gente pode dar sugestão. Porque a gente  
1121 desconhece a maior parte dos processos que estão ali tramitando, tá?  
1122 Manda, dá um prazo, fala: ‘Olha, cinco dias úteis para você dar um parecer,  
1123 dar a sua sugestão ao parecer, tá?’ Eu acho que seria extremamente  
1124 produtivo para o próprio órgão, tá? Porque ia ter uma visão local, que nós  
1125 estamos perdendo essa visão local. Apesar da competência, da confiança  
1126 que eu tenho no nosso técnico, da seriedade que eu sei que o trabalho é  
1127 desenvolvido, mas perde um pouco da visão local. Porque a gente está lá  
1128 está sentindo aonde é que o calo está apertando, não é? Então se puder  
1129 levar em consideração a sugestão do Conselheiro José Hermano e  
1130 acrescentar essa, pelo menos ali naquelas micro regiões, Pará de Minas,  
1131 Igaratinga, manda lá para o José Hermano, para aqueles conselheiros que  
1132 têm atuação naquela área. Tem alguma sugestão a colocar aí? Seria de,  
1133 acho que seria de muito bom tom para o próprio órgão.” Presidente José  
1134 Oswaldo Furlanetto: “Obrigado. Doutora Sonia, a senhora quer falar?” Sonia  
1135 SUPRAM: “Eu queria pedir licença ao Conselho para fazer uma  
1136 manifestação, não como advogada, analista do órgão ambiental, mas como  
1137 cidadã mesmo. Diante disse que o Edécio levantou de que nós todos somos  
1138 responsáveis pela melhoria do meio ambiente, pela questão da água não é?  
1139 Nós estamos em plena, terminando, terminamos agora, mas continua, a  
1140 igreja católica em plena campanha da fraternidade, em preservação dos  
1141 biomas. E às vezes a gente vê o descaso que temos para com os biomas.  
1142 Então como cidadã é que eu coaduno perfeitamente que todos nós temos  
1143 que zelar por isso. Então todos nós temos que ter cuidado com as nossas  
1144 ações que levam à degradação ambiental, que levam ao prejuízo ao meio  
1145 ambiente. A degradação ambiental ela pode trazer a diminuição da nossa  
1146 água, já é comprovado, pode e traz, o desmatamento pode e traz a  
1147 diminuição da água. Então é preciso da gente pensar nesses fatores. Muito  
1148 obrigada.” **8. ENCERRAMENTO** Presidente José Oswaldo Furlanetto:  
1149 “Obrigado, Doutora Sonia. Alguém mais quer fazer alguma consideração?  
1150 Bom, tendo findada a pauta então eu queria agradecer aos técnicos e  
1151 jurídicos, os operacionais da Supram por terem proporcionado aqui essa  
1152 reunião e agradecer o Hidelbrando, apesar de ausente, pela condução dos  
1153 trabalhos. Quero agradecer aos Conselheiros novos que tomaram posse e  
1154 estão aqui agora, que eu não conhecia. E sejam bem-vindos, que contribuam  
1155 par que o nosso estado tenha sustentabilidade, como a Doutora Sonia falou.

1156 Nós todos cidadãos somos responsáveis e temos esse dever, apesar de  
1157 termos também os direitos, não é? Agradecer a todos os Conselheiros,  
1158 novamente, pela presença, pelo trabalho voluntário, relevante, não é? De  
1159 boa vontade, de paixão pela causa e desejar para vocês um bom feriado,  
1160 nós temos mais um feriado aqui, outro feriado pela frente, hoje é sexta-feira.  
1161 Obrigado a todos e um bom dia e um bom feriado. Até a próxima.”

\*\*\*\* \*\*

### **APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO**

1162  
1163  
1164  
1165  
1166  
1167

---

**Presidente Diogo Soares de Melo Franco**